

da mesma forma que o elimina. Para isso, Primo não incorpora o discurso da vitimização, mesmo sendo prisioneiro, impunha-se como superior, racionalizando o horror impetrado pelos nazistas, fazendo com que o leitor perceba e realize sua presença em Auschwitz.

Primo na sua vida cotidiana recebia, segundo seus biógrafos, Ian Thomson, autor de *Primo Levi*, Carole Angier, de *The Double Bond* e Myrian Anisimov em *La Tragedie D'un Optimiste*, várias cartas de estranhos a ele, que lhe pediam conselhos dos mais diversos a respeito de seus problemas existenciais em geral. Essa fama nascida da tragédia na juventude era o que o tornava imbatível nas mais absurdas e espetaculares resoluções para sobreviver.

Corre, pelas páginas, a presença de Ítalo Calvino. Aliás, ambos estrearam juntos na cena literária italiana. Com Primo, os Campos; Ítalo, na resistência. Com a presença da fábula e do fantástico há sempre um tom, até certo ponto, desesperançoso e melancólico, a perda do objeto, a busca daquilo que não se sabe. Poucos meses depois de ter escrito esses contos, Primo Levi suicida-se em 1987, aos 67 anos, lançando-se teatralmente do alto das escadas do prédio onde nasceu e passou toda sua vida, em Turim, Itália. Ato esse cercado de mistério. Por que um homem da química, que tinha acesso a tantas formas menos dolorosas para morrer, escolhe justamente essa?

O drama da sua vida não o poupou de carregar uma culpa tão dramática, aquela do sobrevivente-testemunha. Por que eu? E os outros? Essas eram as perguntas que Primo sempre fazia, cristalizadas em seu outro livro, *Os Afogados e os Sobreviventes*. Primo, nesta via dupla do estar morto-vivo, buscando a síntese ou aniquilação de nossa sobrevivência, sempre avisando da fórmula perfeita, em que tudo é possível e que um pouquinho de loucura, ou o ofício de escritor é que conseguiremos desvendar os enigmas do mundo.

O *Último Natal de Guerra* juntamente com *É Isto um Homem?*, *Afogados e Sobreviventes*, *A Tréguia* e os demais livros de Primo constituem-se narrativas que refletem a vida o autor, sua grande luta entre recordar e ao mesmo tempo expulsar de si as recordações – e isto ele o faz sem incorporar, repita-se, o discurso da vitimização; mesmo tendo sido prisioneiro se impunha como ser humano, como superior, racionalizando o horror impetrado pelos nazistas, fazendo com que o leitor perceba e realize sua presença no Campo. Assim, nessa via dupla de estar morto-vivo ou vivo-morto, considerando que carregava consigo a culpa dramática do sobrevivente-testemunha, Primo sabia que, um dia, iria sucumbir, do mesmo jeito que todos os que estavam em situação análoga como Sarah Kauffman, Paul Celan, Walter Benjamim e outros.

OUTROS NAZISMOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA

Beatriz Kushnir

Núcleo de História e Linguagens Políticas/UNICAMP

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Ao conceder vistos e documentos falsos a refugiados do nazismo, sendo uma boa parte desses judeus, apesar da vigência de uma proibição secreta promulgada pelo governo Getúlio Vargas em 1937, Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954), embaixador brasileiro na França durante 20 anos, colocou em risco não só a sua carreira de diplomata mas também a sua própria vida. Seus vistos, porém, garantiram não só a manutenção de vidas, como também permitiram àqueles refugiados que aportaram em território brasileiro que aqui criassem descendentes – homens e mulheres que jamais teriam existido se esses imigrantes tivessem permanecido na Europa. A particularidade da trajetória de Souza Dantas, que chefiou a embaixada do Brasil em Paris durante a 2ª Guerra Mundial, sob o espectro do Terceiro Reich, da República de Vichy e do Estado Novo de Vargas, é o assunto de *Quixote nas Trevas*, livro do historiador Fábio Koifman baseado numa dissertação de mestrado em História apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Os gestos de Souza Dantas levaram este diplomata a ser conhecido hoje como o “Schindler brasileiro”, pelas semelhanças com o personagem heróico retratado no filme de Steven Spielberg. O livro de Koifman, ao divulgar os atos humanitários do embaixador brasileiro, levou a um processo de reconhecimento de suas ações pelo Yad Vashem, o Museu do Holocausto, em Israel. Souza Dantas concedeu vistos a cerca de mil pessoas que pereceriam nas mãos dos nazistas se tivessem permanecido na França ocupada. Deste montante, Koifman levantou 473 nomes — entre judeus e não-judeus — que aportaram em território brasileiro e aqui passaram pelos anos de guerra na Europa.

O embaixador era membro de uma família de conselheiros, coronéis e capitães-mores, que fazia parte da elite Imperial e adentrou a República exercendo importantes postos na carreira do Palácio do Itamaraty do Barão do Rio Branco — o primeiro ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil e que continuava a ostentar o título de nobreza. O papel salvacionista atribuído a Souza Dantas decorre da sua coragem em desafiar as normas restritivas da circular secreta número 1127, de 1937, decretada pela ditadura estado-novista, e que orientava as embaixadas brasileiras a proibirem a concessão de vistos às pessoas de origem semita. Acerca de sua atitude, o

embaixador esclareceu, num documento de maio de 1942, que “[...] me vi obrigado, sem perder um minuto, a assumir funções consulares para, literalmente, salvar vidas humanas, por motivo de maior catástrofe que sofreu até hoje a humanidade. Fiz o que teria feito, com a nobreza d’alma dos brasileiros, o mais frio deles, movido pelos mais elementares sentimentos de piedade cristã”.

As revelações quanto à noção de imigrantes indesejáveis e à penetração do ideário nazi-fascista no alto escalão do governo Vargas, e em particular no Ministério das Relações Exteriores, presentes no trabalho de Koifman, não são exatamente novas. Os trabalhos pioneiros da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro da Universidade de São Paulo, de meados da década de 1980, e do brasilianista Jeffrey Lesser, autor de *O Brasil e a Questão Judaica* (Editora Imago, 1995), expuseram a omissão varguista quanto aos milhões de perseguidos pelo nazismo. Ao impedirem a entrada de refugiados, como também ao extraditarem estrangeiros, os integrantes do governo Vargas colaboraram, ainda que indiretamente, com o horror do Holocausto, tolerando que pessoas morressem em campos de extermínio.

Os méritos de Souza Dantas neste contexto, como de muitos outros que colocaram suas vidas em risco e que permanecem ainda pouco conhecidos, são indiscutíveis. Ressente-se o livro, porém, de um entrelace mais forte da contextualização da atuação de Souza Dantas já que muitas vezes o personagem parece estar descolado do tempo vivido. Além disso, seria importante um questionamento e um retrato mais nuançado das reais motivações do embaixador. Koifman mostra que Souza Dantas muitas vezes contava com a ajuda de amigos em outras representações diplomáticas do Brasil, como os cônsules em Cádiz, na Espanha, e Casablanca, no Marrocos, para obter documentos de viagem para os seus protegidos. Porém o autor não se aprofunda na discussão sobre outros funcionários do Itamaraty que agiram ou teriam agido de maneira semelhante à dele, o que acaba por superdimensionar a trajetória de Souza Dantas.

A leitura das mais de 500 páginas do volume não insere, infelizmente, os atos de Souza Dantas como a expressão de um diplomata fruto de uma geração do Itamaraty muito mais vinculada aos pressupostos do Barão do Rio Branco do que das premissas que Oswaldo Aranha estabeleceu. Talvez o livro pudesse ser enriquecido por um estudo mais detalhado das correntes do Itamaraty que geraram a ética desse embaixador. Quem sabe assim poderíamos compreender melhor um projeto político que foi derrotado com o Estado Novo, como também a trajetória do ministério e dos que optaram pela carreira diplomática. Outra discussão pertinente, e que o livro não esgota, é quanto às diretrizes da política externa do governo Vargas, detalhamento que certamente delimitaria o campo da “questão judaica” e das idéias anti-semitas na cúpula do governo.

No âmbito das discussões acadêmicas, duas linhas polarizam as discussões quanto à política externa do período. Uma a compreende pelo viés de uma ambigüidade

não linear, que não definiu uma ação direta e objetiva, tendendo ora à Alemanha, ora aos Estados Unidos. Uma outra, formulada pelo falecido professor Gerson Moura (CPDOC/FGV e IRI/PUC-RJ), percebe uma certa sofisticação nessa ambigüidade, uma “equidistância pragmática”, afirmando que os membros de cúpula do governo Vargas tinham a real noção da importância brasileira tanto para os Estados Unidos como para a Alemanha no quadro da 2ª Guerra. E, como só as raposas políticas têm o dom de saber fazer, conseguiram barganhar para atingir metas. Um dos frutos dessas “negociações” foi, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional, um dos presentes oferecidos ao Brasil pelos EUA em troca de sua aliança na luta contra o Eixo, em 1942.

À parte estas considerações, Koifman pergunta-se por que a figura e o papel de Souza Dantas não foram resgatados e valorizados anteriormente. Ao buscar decifrar a omissão da historiografia, o autor deixa claro o quanto se apaixonou por seu objeto — um sentimento que não prejudica uma suposta neutralidade que o estudioso de história deve ter. Termo utilizado do início ao fim do livro, a mim particularmente não agrada, a noção de vítima é agregada tanto a Souza Dantas — preso ao esquecimento histórico —, quanto aos refugiados judeus. Ao engessar o embaixador neste rótulo, acredito, a análise se direciona à existência de “vítimas dos processos históricos” e pode-se cair no risco de apreender a experiência numa visão bipartida, em que só há o bem e o mal, o isso ou o aquilo, sem meios-termos, sem tons cinza, sem trocas de lugar, apenas o preto-e-branco. E todos sabemos que há muito mais gamas e possibilidades.

Para concluir, gostaria apenas de deixar uma última ponderação. Sem dúvida esta pesquisa trata da trajetória de um homem, um embaixador e suas ações de compaixão e práticas humanitárias. Finalizando a leitura, era claro que ali existia um mito: mitificou-se o homem. O processo de construção do herói balizou minhas indagações acerca desse volume. Ao tentar desvendar o porquê deste fenômeno, remeto, talvez, a uma herança ibérica do eterno ideário salvador do sebastianismo. Fica aqui somente uma consideração para outras análises: será que os que percebem e procuram por vítimas também não buscam por salvadores, redentores, pais dos pobres? Receio que neste caminho nos esqueçamos de que o processo histórico é um embate e um combate, colocando para fora, no outro, o que deve ser uma expressão do coletivo.